

A racialização do fracasso escolar na educação básica brasileira: revisão bibliográfica (2010-2020)

The racialization of school failure in Brazilian basic education: bibliographic review (2010-2020)

La racialización del fracaso escolar en la educación básica brasileña: revisión bibliográfica (2010-2020)

Recebido: 25/04/2022 | Revisado: 02/05/2022 | Aceito: 10/05/2022 | Publicado: 14/05/2022

Caio Araújo dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4533-2776>
Universidade do Estado da Bahia, Brasil
E-mail: caio.psicologia@hotmail.com

Cláudio Alves Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000.0002.4829.6272>
Instituto Federal de Minas Gerais, Brasil
E-mail: claudioapessoal@gmail.com

Lívia Alessandra Fialho da Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5769-8233>
Universidade do Estado da Bahia, Brasil
E-mail: fialho2021@gmail.com

Resumo

Este artigo versa acerca de uma revisão de literatura sobre o fracasso escolar adotando duas direções metodológicas: primeiramente, realizou-se uma revisão dos marcos históricos de pesquisas acadêmicas sobre o fracasso escolar analisando categorias previamente estabelecidas, sendo estas: a) concepções teóricas e epistêmicas no que tange ao embasamento teórico-metodológico dos trabalhos; b) suas relações epistemológicas e explicativas acerca do fenômeno estudado a partir de questões étnico-raciais; c) quais foram os sujeitos interpelados nos trabalhos quanto aos objetos de estudo em questão e seu delineamento metodológico; e d) analisar o contexto educacional pesquisado nos trabalhos. Em seguida, analisou-se as pesquisas atuais acerca deste tema, intercruzado com a queixa escolar na educação básica, com o objetivo de analisar o conteúdo (palavras) referente aos títulos e resumos desses estudos, com foco numa problematização ancorada na análise de conteúdo. Apresenta-se como resultado desse trabalho a percepção acerca do protagonismo da Psicologia Escolar nesse campo de estudos assim como o apagamento de variáveis étnico-raciais no que tange às análises e problematizações que tratam do fracasso escolar na educação básica brasileira.

Palavras-chave: Racialização do Fracasso escolar; Psicologia escolar; Educação básica; Ensino.

Abstract

This article deals with a literature review on school failure adopting two methodological directions: firstly, a review of the historical landmarks of academic research on school failure was carried out, analyzing previously established categories, namely: a) theoretical and epistemic conceptions in the concerning the theoretical-methodological basis of the works; b) their epistemological and explanatory relationships about the phenomenon studied from ethnic-racial issues; c) who were the subjects questioned in the works regarding the objects of study in question and their methodological design; and d) analyze the educational context researched in the works. Then, the current research on this topic was analyzed, intersected with the school complaint in basic education, with the objective of analyzing the content (words) referring to the titles and abstracts of these studies, focusing on a problematization anchored in content analysis. As a result of this work, the perception about the role of School Psychology in this field of studies is presented, as well as the erasure of ethnic-racial variables regarding the analyzes and problematizations that deal with school failure in Brazilian basic education.

Keywords: Racialization of school failure; School psychology; Basic education; Teaching.

Resumen

A partir de una revisión bibliográfica, el artículo tensiona las categorías fracaso escolar, denuncia escolar y racialización, adoptando orientaciones metodológicas que proponen analizar acerca de la identificación de hitos históricos de la investigación académica, buscando evidenciar: a) concepciones teóricas y epistémicas en cuanto a lo teórico-metodológico base de la muestra; b) relaciones epistemológicas y explicativas sobre el fenómeno estudiado desde las cuestiones étnico-raciales; c) identificación de los temas cuestionados en los trabajos; y d) contexto educativo investigado en los trabajos. Los resultados apuntan para la percepción sobre el papel de la Psicología

Escolar en este campo de estudios, así como el borrado de variables étnico-raciales en los análisis y problematizaciones que tratan el fracaso escolar en la educación básica brasileña.

Palabras clave: Racialización del Fracaso escolar; Psicología escolar; Educación básica; Enseñanza.

1. Introdução

Este artigo apresentará uma revisão de literatura sobre o fracasso escolar adotando duas direções metodológicas: primeiramente, realizou-se uma revisão dos marcos históricos de pesquisas acadêmicas sobre o fracasso escolar analisando categorias previamente estabelecidas, sendo estas: a) concepções teóricas e epistêmicas no que tange ao embasamento teórico-metodológico dos trabalhos; b) suas relações epistemológicas e explicativas acerca do fenômeno estudado a partir de questões étnico-raciais; c) quais foram os sujeitos interpelados nos trabalhos quanto aos objetos de estudo em questão e seu delineamento metodológico; e d) analisar o contexto educacional pesquisado nos trabalhos (rede privada ou pública; localização geográfica etc.). Em seguida, analisou-se as pesquisas atuais acerca deste tema, inter cruzado com a queixa escolar na educação básica, com o objetivo de analisar o conteúdo (palavras) referente aos títulos desses estudos, com foco numa problematização ancorada na análise de conteúdo.

O presente artigo insere-se no campo dos estudos educacionais que visam compreender um fenômeno cada dia mais atual e, no que tudo tem indicado diante da literatura, cada vez mais discutido com um viés individualista e psicométrico (Patto, 2000); pretende-se aqui mapear e discutir acerca das pesquisas educacionais no Brasil acerca do “fracasso escolar”, principal responsável por uma série de fenômenos: relações escolares fragilizadas, violência na escola, rendimento e índices de desempenho escolar, desinteresse docente e discente, queixa escolar, abandono escolar etc. Esses, quando encarados em sua complexidade diante da realidade concreta das escolas e dos sujeitos que as compõe, torna necessária uma reflexão crítica acerca da estrutura educacional quanto a seus princípios, objetivos e atuações, num plano histórico e social, principalmente

Neste trabalho, adotamos direções metodológicas que propõem-se analisar acerca da identificação de marcos históricos de pesquisas acadêmicas, buscando evidenciar concepções teóricas e epistêmicas no que tange ao embasamento teórico-metodológico da amostra, suas relações epistemológicas e explicativas acerca do fenômeno estudado a partir de questões étnico-raciais. A identificação dos sujeitos interpelados nos trabalhos também é uma problematização realizada e discutida neste artigo, além dos contextos educacionais pesquisados nos trabalhos sobre fracasso escolar.

A base de dados dos periódicos pesquisados trata-se do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Todavia, antes de partirmos propriamente para a revisão bibliográfica, começaremos discutindo às bases científicas que alicerçam o campo da Educação no Brasil desde o século XX.

1.1 Mapeando as bases históricas da pesquisa educacional no Brasil com foco no fracasso escolar

A pesquisa educacional no Brasil começou a dar seus primeiros passos ainda no início do século XX, período em que começava a se estruturar oficialmente um sistema de ensino público enquanto política pública de Estado no Brasil. Por conta disso, vale dizer que a pesquisa educacional no Brasil teve nos órgãos governamentais a sua incubadora, num período que começa na década de 1930. Em sua ampla pesquisa sobre a história da pesquisa educacional no Brasil, Aparecida Joly Gouveia (1971), em seu artigo intitulado *A pesquisa educacional no Brasil*, nos apresenta o grande marco no que tange ao início desse campo de pesquisa: a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), no ano de 1938, sendo gerido inicialmente pela pessoa de Manuel Bergström Lourenço Filho, importante educador, psicólogo e pedagogo, pioneiro na difusão e implementação da concepção escolanovista aqui no Brasil. Sobre esse período, Angelucci *et al.* (2004) discutem a estreita relação entre política de Estado, pesquisa educacional e a ciência psicológica, marcas do início do que compreendemos como um sistema de ensino brasileiro que começa a ter subsídios para

avaliar e diferenciar os estudantes a partir de possíveis habilidades (ou a falta delas). Segundo eles,

[...] a relação entre a pesquisa e a política de educação foi primeiramente entendida em termos rigidamente instrumentais: cabia aos pesquisadores trazer subsídios práticos à formulação e avaliação de ações oficiais no campo da educação escolar. Como característica desse momento inaugural, a presença forte da leitura psicológica do processo de educação escolar e, conseqüentemente, de estudos da psicologia do ensino e da aprendizagem e a criação de instrumentos de avaliação psicológica e pedagógica do aprendiz (Angelucci *et al.*, 2004, p. 56).

No final da década de 1930 (quando inaugurado o INEP), não havia sequer o acesso garantido a toda população à escola. A dita medição intelectual não pretendia apenas aferir, mas, sim, definir aqueles que estavam ou não aptos a serem educados pelas mãos do Estado. Nesse período, a universalização do ensino ainda não era um fato, e a pesquisa educacional sobre o que entendemos hoje por fracasso escolar, objeto desse estudo, teve na psicologia uma grande aliada. Utilizando as palavras de Angelucci *et al.* (2004, p. 53), “o primado da psicologia no entendimento do fracasso escolar é, portanto, marca de origem da pesquisa educacional”.

O fato é que não havia tradição acadêmica no que diz respeito à pesquisa na área da educação no período em questão. As pesquisas se davam por vias governamentais, tanto que no ano de 1956 foi criado o Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional, dando início a um período em que a ideologia posta era de progresso econômico a partir do mapeamento da condição educacional dos brasileiros para, assim, implementar uma concepção nacional-desenvolvimentista de Estado (Angelucci *et al.*, 2004). A educação seria a peça-chave na implementação de uma agenda que se aproximava da concepção neoliberal de educação, posto que o objetivo da maior parte dos estudos e das áreas exploradas pelas pesquisas e pelos órgãos, nas palavras de Angelucci *et al.* (2004), era:

[...] a estratificação socioeconômica da população; a mobilidade social; os processos de socialização regionais e comunitários; a correlação entre escolaridade e nível socioeconômico; a composição socioeconômica da população escolar. Era a vez das ciências sociais, em chave teórica funcionalista (Angelucci *et al.*, 2004, p. 54).

Carecia, no entanto, a ampliação das discussões acerca das contradições da Escola com relação a seus pressupostos ideológicos, visto que inexistiam pesquisas com foco em avaliação pedagógica e propostas de inovações educacionais; inexistiam estudos da dinâmica intraescolar e da organização e funcionamento do sistema de ensino em seus aspectos administrativos e políticos, além do fato de não haver uma concepção crítica acerca dos impactos das desigualdades no itinerário educacional dos estudantes (Angelucci *et al.*, 2004).

Ainda segundo os autores, a partir da década de 1970, com base numa literatura norte-americana de testes psicológicos, muito se produziu acerca do desempenho desigual de estudantes nas escolas. Começava a surgir, então, um viés mais crítico diante do que estava posto na realidade educacional brasileira, mas ainda assim extremamente reprodutor de saberes importados de outros contextos culturais. Contudo, é importante destacar que esse protagonismo acadêmico diante da pesquisa educacional resultou no enfraquecimento da influência dos órgãos governamentais à frente desses estudos, o que representou uma maior autonomia dos pesquisadores diante dos “arbitrários governamentais”.

Segundo Gouveia (1971), os objetos de pesquisa mais frequentemente encontrados se referiam a três categorias: avaliação de currículos e programas; (i) construção de instrumentos de avaliação e pesquisa; (ii) características de estudantes ou do ambiente de que provêm, tendo em vista contribuir para a solução dos problemas sociais decorrentes do crescimento das matrículas nos centros urbanos, fruto da universalização do ensino; e (iii) caracterização psicológica e social dos sujeitos e do ambiente em que vivem, além de investigar a influência dessas características sobre a aprendizagem ou o nível de escolaridade. Acontece que essas variáveis não eram problematizadas de maneira integralizada. A partir dessa concepção, deu-se espaço para a adoção, aqui no Brasil, na segunda metade da década de 1970, da teoria norte-americana da Carência Cultural. Não à toa

é uma década marcada também pela maciça inserção popular nas escolas públicas brasileiras, a partir do marco da promulgação da Lei nº 5.692/1971, que ampliou o sistema educacional brasileiro e efetivou a expansão da escolaridade obrigatória e gratuita. De acordo com Barbosa e Marinho-Araújo (2010):

O aumento no quantitativo de alunos advindos das mais diversas realidades socioculturais ocasionou dificuldades de adaptação do sistema à nova realidade, tanto em termos de infraestrutura das escolas quanto em termos de concepções e metodologias de aprendizagem adequadas ao novo panorama educacional. Por conseguinte, observou-se um crescimento da demanda de alunos com dificuldades de aprendizagem que extrapolavam o entendimento e as intervenções pedagógicas dos docentes já adaptadas ao antigo contexto (Barbosa & Marinho-Araújo, 2010, p. 395).

Ainda nessa mesma década, inaugurou-se também a tradição de pesquisas qualitativas voltadas para o interior da instituição escolar, ou para as causas intraescolares do F.E., como

[...] a burocratização e sua influência sobre a qualidade do trabalho docente; a distância entre a cultura escolar e a cultura popular nos termos do pressuposto da carência cultural; a inadequação do material didático; a discriminação das diferenças no interior das escolas, sobretudo nas classes especiais. (Angelucci *et al.*, 2004, p. 56).

Todavia, essas pesquisas ainda não faziam uma leitura do cenário escolar que problematizasse as bases ideológicas da Escola enquanto instituição que é transversalizada por questões sociais de classe, raça e gênero, por exemplo, realidade cotidiana que também impacta o desempenho desigual de estudantes na medida em que essa desigualdade também é promovida e promove a Escola, enquanto Aparelho Estatal. Com relação a isso, o trecho a seguir é bastante esclarecedor:

[...] a maioria das pesquisas que levavam em conta as chamadas variáveis intra-escolares estava centrada num aspecto da tese da carência cultural: a escola é inadequada às características psíquicas e culturais *da criança carente*. O que se destacava, portanto, era o desencontro entre professores e alunos, entre a escola e seus usuários, sem que ficasse nítido que esse desencontro é inerente à escola como instituição social que reproduz a lógica de uma sociedade dividida em classes. Por isso, continuou o predomínio de prescrições técnicas para a democratização da escola. Os tempos ainda eram de ditadura e da crença na redenção do país pelo desenvolvimento técnico e pela manutenção da ordem. (Angelucci *et al.*, 2004, p. 56, grifo dos autores).

Uma das primeiras aproximações do que identificamos como a “racialização do Fracasso Escolar” é encontrada num texto bastante relevante à época (final da década de 1970), pois é uma pioneira aproximação entre o racismo e o sistema escolar, partindo de um teórico muito relevante para as ciências humanas e sociais, Pierre Bourdieu, cuja obra se chama *O racismo da inteligência* (Bourdieu, 1978) e coloca tal problemática no centro das discussões acerca do sistema escolar. Embora não seja o que denominamos de uma pesquisa, visto que foi uma comunicação oral no colóquio do MRAP, em maio de 1978, publicada em *Cahiers Droit et Liberté* sob o título *Races, sociétés et aptitudes: apports et limites de La science*, é um texto extremamente importante e um verdadeiro marco. Inaugura-se uma nova concepção de análise do F.E., levando em consideração (e a fundo) a questão da raça e do racismo como promotores deste fenômeno, partindo de uma literatura europeia com forte influência para a educação brasileira.

A pesquisa brasileira que problematizava a realidade desigual de jovens negros e não negros nas escolas, partindo de um viés a considerar as implicações intraescolares no F.E., começa a ganhar envergadura ainda na década de 1970, mas ainda de forma incipiente. Leite (1975) é um exemplo, com sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal da Bahia, intitulada *Cor de aluno e reação do professor na escola primária de Salvador*.

A década de 1980, com relação à pesquisa educacional focada no F.E., foi, sem dúvidas, a época da “ruptura e repetição”, na medida em que se constata o lugar social contraditório da escola numa sociedade de classes, sendo uma problematização posta por um número expressivo de pesquisas. As teorias críticas começaram a surgir e ter protagonismo nas

pesquisas e a ideia da discriminação e a reprodução das desigualdades aparecem então como foco de análise do sistema escolar. Tal perspectiva começa a ter espaço na maior parte das discussões acerca da Escola e sociedade, conforme apontam Angelucci *et al.* (2004):

Teorias críticas passaram a fazer parte das referências bibliográficas de ensaios e pesquisas sobre a escolarização e seus tropeços, principalmente as de Althusser, Bourdieu e Gramsci. O ‘fracasso escolar’ foi ressignificado: de fracasso dos alunos *na* escola ele passa à produção *da* escola. No marco teórico do funcionalismo, como produto reversível, já que resultado de desacertos operacionais do sistema educacional. No marco materialista histórico ou de outras teorias críticas de sociedade, como produto inevitável da escola numa sociedade dividida. (Angelucci *et al.*, 2004, p. 57, grifo do autor).

Destaco que, mesmo que nos anos 1980 se perceba certa mudança na tendência em passar a considerar as relações sociais e culturais como estruturantes para o F.E., a tendência parecia ser ainda a de categorizar e hierarquizar as culturas, numa concepção antropológica. A intrínseca relação entre indivíduo, cultura, escola e sociedade era bastante explorada, mais enquanto mote do que do ponto de vista teórico, o que abriu margem para uma ideia fortemente atrelada de cultura concernente aos estudos de marginalidade cultural: concepção antropológica de cultura compreendida como expressão de hábitos, costumes e tradições de um determinado grupo social. A exceção para essa tendência fica a cargo do trabalho de Patto (1984), intitulado *A criança marginalizada para os piagetianos brasileiros: deficiente ou não?*, e o trabalho de Saviani (1982), intitulado *As teorias da educação e o problema da marginalidade na América Latina*.

Saviani (2007, p. 400) analisa tal período como o mais profícuo para a educação e ciência educacional brasileira, posto que se constituiu, “naquele momento, a necessidade de construir pedagogias contra-hegemônicas [...] que em lugar de servir aos interesses dominantes, se articulassem com os interesses dos dominados”. Em Patto (1984) encontramos uma explícita denúncia com relação à apropriação da teoria piagetiana (de Jean William Fritz Piaget) para consolidar hipóteses explicativas para os ditos problemas de aprendizagem de crianças pobres e “deficientes”, inicialmente importadas dos pesquisadores norte-americanos, partindo de uma concepção interacionista do desenvolvimento humano. O mais interessante dessa obra, em particular, foi a exposição de duas vertentes piagetianas opostas: uma acreditava que os ambientes nos quais as crianças estavam inseridas eram prejudiciais para seu desenvolvimento psíquico e, conseqüentemente, à sua aprendizagem e ao seu sucesso escolar, enquanto a outra defendia a ideia de que essas interferências não eram suficientes para caracterizar algum tipo de deficiência para as crianças marginalizadas. Patto (1984) expõe, portanto, duas concepções explicativas opostas para o mesmo fenômeno, buscando descortinar e transgredir, no campo ideológico, ambos os discursos, e apontar suas fragilidades partindo do método materialista-histórico de abordagem e análise.

No final da década de 1980, os estudos sobre pesquisa educacional buscavam superar o hiato entre conceitos macroestruturais marxistas e necessidades conceituais trazidas pelo estudo da vida escolar em sua complexidade, inclusive no interior da própria escola. Gonçalves (1985) já denunciara a apatia escolar frente à discriminação e ao racismo, que segundo ele tem a omissão e o silêncio como práticas de perpetração desta realidade. Uma série de trabalhos (Negrão & Pinto, 1990, Silva, 1988) começa a alicerçar a discussão e o debate científico em forma de denúncia e explicitação do racismo como uma questão latente para a vivência escolar, e os prováveis fracassos que surgem a partir dela para os jovens negros. Em síntese, respaldam a tese de que não só há racismo na escola, mas que, em essência, a escola é racista (Trindade, 1994), perpetrando tal lógica a partir de suas práticas e direcionamentos pedagógicos, que impactam diretamente o F.E. dos estudantes negros.

A década de 1990 é especial nesse apanhado histórico acerca do F.E. por guardar alguns marcos. É a partir dela que começam a surgir os estudos e pesquisas que denunciam a influência do racismo na trajetória escolar de crianças e jovens negros de uma forma mais maciça. Mesmo que antes já tivesse havido aproximações acerca da discussão racial e a questão educacional, ainda não havia tido um foco na educação formal, ou seja, na Escola enquanto instituição e aparelho ideológico

de Estado. A dissertação de Azoilda Loretto de Trindade (1994), intitulada *O racismo no cotidiano escolar*, defendida na Fundação Getúlio Vargas foi um divisor de águas referente às pesquisas educacionais com foco na racialização dos fenômenos escolares. Sua conclusão segue a discussão acerca da necessidade de a Escola contemporânea brasileira se abrir diante das diversidades racial e cultural de suas comunidades escolares, principalmente para as realidades diferentes vividas por seus sujeitos, correndo o risco de fossilizar-se e tornar cada vez mais intenso o seu papel de produtora e reprodutora de desigualdades sociorraciais, caso não se efetive essa “abertura”.

Embora o trabalho de Trindade (1994) não tenha foco diretamente no F.E. enquanto conceito, se aproxima bastante dele enquanto fenômeno, pois denuncia uma das maiores causas para a sua produção e perpetuação. Registra bastante os discursos docentes com relação a aspectos do papel da escola, do professor, do aluno, questões sociorraciais e culturais que atravessam a vivência escolar. Sem dúvidas, um trabalho extremamente instigante e norteador para a discussão da racialização do F.E., sobretudo pelo rico trabalho de revisão de literatura que é feito pela autora, no que tange à interface racismo, educação e escola.

Também é dessa mesma década o trabalho de Eliane Cavalleiro (1998), intitulado *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*, estudo feito em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro (NEINB), da Universidade de São Paulo (USP). Neste trabalho, a autora busca compreender a socialização de crianças negras na fase da pré-escola frente ao racismo nas mais variadas relações, operado inclusive a partir de uma série de silenciamentos, sobretudo por parte da própria escola e seus agentes. Por fim, denuncia a omissão da escola quanto à autopercepção e reconhecimento positivos da criança negra no cotidiano escolar, e propõe uma maior criticidade (sobretudo dos agentes educacionais) por parte de todo o sistema educacional com vistas à promoção da inclusão positiva da criança negra no ambiente escolar e na sociedade.

É também nessa década que uma das obras mais tradicionais referentes ao F.E. surge, sendo um trabalho de pesquisa focado na construção de vias epistemológicas norteadoras para a discussão vanguardista no que tange a uma concepção crítica diante do F.E.: *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*, de autoria de Maria Helena Souza Patto (1996), sem dúvidas a obra mais referenciada e discutida, ainda na contemporaneidade, sobre o objeto de pesquisa em questão. Nessa obra, Patto (1996) promove uma ruptura com a tradição de pesquisa acerca do fracasso escolar, partindo de uma análise histórica das suas causas. Voltando-se para suas raízes, traz à tona diversos fatores ocultados pelas teorias educacionais acerca deste fenômeno ao longo dos anos. Essa autora é bastante enfática no exercício de desconstruir pseudoteorias difundidas historicamente e suas amarras ideológicas ao refletir e intervir no F.E. Problematiza o reflexo disso como sendo, portanto, a (re)produção do F.E., partindo, fatalmente, dos próprios agentes educacionais, ao reproduzirem a violência oriunda da sociedade de classes – e, conseqüente, de um cenário de desigualdade social, como um todo – em sala de aula. No caso de sua pesquisa, tratou-se de jovens educandos e famílias oriundas da periferia paulista, realidade educacional que não se difere consideravelmente das realidades na maior parte do Brasil. O hábito corriqueiro de falar mal dos alunos (queixar-se), focalizando sobretudo em suas incapacidades, ignorando as potencialidades inerentes a cada indivíduo, reflete, de acordo com Patto (1996), o grau de alienação das docentes observadas em seu estudo.

Vale mencionar a relevância e impacto do trabalho de Collares e Moysés (1996) frente às discussões relacionados ao F.E. postas anteriormente, com foco na discriminação e medicalização na educação. Patto (1996) e Collares e Moysés (1996) trabalham em suas pesquisas com a tese de que o fracasso escolar é um produto histórico, e sua construção e constituição precisam ser sempre relacionadas a uma contextualização, portanto, sócio-histórica. A denúncia consiste em frisar que aquilo que requisita uma análise e um olhar para o social aparta-se desse princípio para se aliar a concepções biologizantes, quase sempre relacionadas ao aluno e/ou seus familiares de origem pobre. Em Collares e Moysés (1994) são colocadas duas dimensões analíticas do fenômeno que consideramos importante serem mencionadas: a “culpabilização da vítima” e o

“reducionismo biológico”. De acordo com as autoras, ambas as categorias se referem ao fato de o indivíduo passar a ter protagonismo para o F.E., posto que em boa parte dos casos, ele é o único responsável pelo seu adoecimento e, no caso da educação, pelo seu F.E.

Por fim, destacamos a relevância dos trabalhos da pesquisadora Sandra Maria Sawaia (2002; 2015), importante intelectual que apresenta uma visão crítica e questionadora diante da interseção entre Psicologia e Educação.

Também merece destaque o trabalho de Marilene Proença Rebello de Souza (1997). O estudo problematiza o lugar e a contribuição da psicologia escolar frente a todos os desafios que a Escola contemporânea coloca para os profissionais da educação, sobretudo com vistas ao desempenho insatisfatório dos estudantes, principalmente de grupos específicos. Em linhas gerais, os anos 2000 representaram um grande *boom* nas pesquisas sobre o F.E. e a queixa escolar (Q.E.). Todavia, a predominância de estudos desenvolvidos nas regiões Sul e Sudeste brasileiras é algo destacável, assim como o incipiente surgimento de estudos que coloquem a discussão de raça e etnia no cerne da questão do F.E. e da Q.E.

Trabalhos e pesquisas de grande envergadura passam a lançar mão de discussões no campo estritamente teórico e partem para uma concepção da Psicologia Escolar crítica, que não só mais analisarão e diagnosticarão, mas também propõem e intervêm com novas tecnologias de combate ao F.E., focando sobretudo em aspectos intraescolares, embora ainda insuficientes diante da totalidade da produção no campo educacional.

Com vistas a dar continuidade ao levantamento da literatura especializada sobre o F.E. relacionado às Q.E., executamos uma revisão bibliográfica de estudos acadêmicos publicados no período de 2010 a 2020 no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

2. Metodologia

Esta revisão compreende o período de agosto de 2010 a agosto de 2020. Foram selecionados 12 artigos da base de dados do Portal de Periódicos da Capes, de maneira sistemática. Os descritores utilizados para fazer a seleção dos trabalhos foram dois: “fracasso escolar” e “queixa escolar”. Ambos foram pesquisados na plataforma referida, no mês de novembro de 2021, e os artigos amostrados foram aqueles que continham exatamente os termos referentes aos descritores no corpo do texto e/ou no título e/ou no resumo. A presente revisão bibliográfica irá considerar apenas os trabalhos realizados no Brasil, em língua portuguesa, na modalidade de artigo.

No Quadro 1 a seguir podemos visualizar os trabalhos que serão discutidos no presente capítulo, com referência ao seu ano de produção e aos autores.

Quadro 1 – Título dos trabalhos, ano e autoria.

Item	Título do trabalho	Ano	Autor(es)
1	A Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: uma leitura crítica	2010	Dazzani
2	Psicologia, formação de psicólogos e a escola: desafios contemporâneos	2011	Asbahr; Martins; Mazzolini
3	As queixas escolares na compreensão de educadoras de escolas públicas e privadas	2011	Bray; Leonardo
4	Autopercepção de dificuldades escolares em alunos do ensino fundamental e médio em município do Rio Grande do Sul	2013	Godoy; Abrahão; Halpern
5	Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional	2014	Dazzani; Cunha; Luttigards; Zucoloto; Santos
6	Proposições metodológicas na intervenção com estudantes com queixa escolar	2014	Oliveira; Bragagnolo; Souza
7	“O negócio está meio devagar com as bichinhas”: um caso de queixa escolar em Porto Velho/RO	2015	Oliveira
8	Influência da atividade física no desempenho motor de crianças com queixas de dificuldades de aprendizagem	2015	Soares; Porto; de Marco; Azoni; Capelatto
9	Apontamentos críticos sobre estigma e medicalização à luz da psicologia e da antropologia	2015	Viégas; Harayama; Souza
10	Problematisando a queixa escolar: efeitos dos discursos psi nos familiares dos alunos em situação de insucesso escolar	2017	Ratusniak; Silva; Szyner
11	"Então podemos tentar a superação do fracasso escolar?" - A gestão da educação pela humanização	2018	Franco
12	A queixa escolar em um CAPSi de Salvador-Bahia: uma análise a partir da psicologia escolar crítica	2018	Freire; Viégas

Fonte: Dados da pesquisa coletados no Portal de Periódicos da Capes (2022).

É possível notar que o ano em que houve maior volume de produção foi 2015 (com três trabalhos produzidos), seguido dos anos de 2011, 2013 e 2018, cada um com dois trabalhos produzidos. Nos anos 2019 e 2020 não tivemos uma produção expressiva catalogada pela Capes no que tange às temáticas estudadas. Todavia, feita a exposição dos dados, é possível perceber que são objetos de pesquisa e estudo bastante consolidados frente ao número expressivo de produções, investigados por uma pluralidade considerável de pesquisadores(as) brasileiros.

O percurso metodológico de análise da presente revisão bibliográfica gira em torno de uma discussão que irá lançar luz acerca dos discursos observados nos trabalhos, com vistas principalmente a nossas categorias de análise.

Com relação às técnicas empregadas nesta pesquisa, referentes à análise do material encontrado nos trabalhos amostrados, seguimos o método da análise de conteúdo (AC), com base nos estudos de Bardin (2011), tendo como propósito, principalmente, a mensuração da frequência das palavras referentes aos títulos e aos resumos; e de que maneira as quatro categorias de análises elencadas acima aparecem no quesito qualitativo e quantitativo no decorrer dos trabalhos.

A AC, por sua vez, trata-se de uma metodologia oriunda das ciências sociais para estudos de conteúdo em comunicação e textos que parte de uma perspectiva quantitativa e qualitativa, analisando numericamente a frequência de ocorrência de determinados termos, construções e referências em um dado texto. Portanto, conforme Bardin (2011), podemos tratar a AC como um

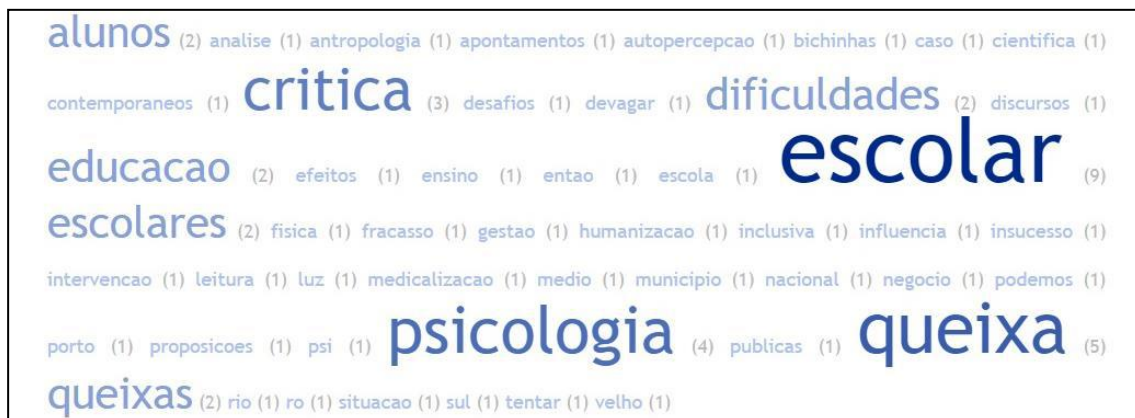
[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2011, p. 47).

Após a seleção dos trabalhos e a sua catalogação, passou-se à leitura aprofundada dos textos que compuseram a amostra desta pesquisa. Os dados coletados serão expostos na seção a seguir.

3. Resultados e Discussão

Consideramos ser relevante, num primeiro momento, avaliarmos a frequência de palavras referentes a dois elementos centrais no quesito de formação prévia de sentido com relação aos leitores/pesquisadores dos trabalhos em questão: os títulos e os resumos. Partindo de ambas as estruturas textuais (título e resumo) de todos os trabalhos catalogados, foram geradas duas nuvens de conteúdo/de palavras (*tag clouds*) que serão apresentadas nas Figuras 1 e 2. Nuvens de palavras (NP), como também são chamadas, são imagens usualmente apresentadas como ilustração à leitura superficial do senso comum, sendo, portanto, recursos gráficos que representam frequências de palavras utilizadas em um texto. O tamanho de cada palavra indica sua frequência, admitida como *proxy* da relevância de determinada temática na totalidade de hipertextos.

Figura 1 – Palavras e suas frequências a partir dos títulos dos trabalhos.



Fonte: Elaborada pelos autores a partir do *site* TagCrowd (2022).

Observa-se que as palavras com maior frequência de utilização nos títulos foram (em ordem decrescente): “escolar”, “queixa”, “psicologia”, “crítica”, “dificuldades”, “alunos”, “educação”, “escolares” e “queixas”. A palavra com a maior frequência de aparecimento foi “escolar” (nove registros), apontando relação direta com nossos descritores, visto que ambos possuem essa palavra em sua formação. Todavia, nos diz muito acerca do contexto de estudo em questão, apontando para uma área da educação que está diretamente associada à educação escolar, ou seja, aquela que acontece em instituições formais para esse determinado fim.

Em seguida temos a palavra “queixa” (cinco registros). Essa palavra ganha uma maior notoriedade visto que sua massiva presença nos títulos evidencia a forte relação entre a Queixa Escolar e o Fracasso Escolar, do ponto de vista das pesquisas científicas amostradas. A terceira palavra com uma maior frequência foi “psicologia” (quatro registros). Esse resultado se justifica por um fenômeno histórico relacionado à pesquisa sobre a Queixa Escolar e o Fracasso Escolar, visto que são áreas das ciências educacionais que historicamente e tradicionalmente tiveram uma presença muito forte da psicologia e dos psicólogos enquanto pesquisadores e interventores dentro da Escola (Patto, 1996). Dazzani *et al.* (2014, p. 422) demarcam o fato de que, “nos últimos anos, o tema da queixa escolar tem recebido grande atenção da comunidade acadêmica, tanto no

campo da Educação quanto no da Psicologia”. Tornou-se, ao longo do tempo, uma área tão tradicional da psicologia que deu lugar a um campo de estudos e de trabalho denominado de Psicologia Escolar. Nos últimos anos, “tornou-se praticamente consensual que as investigações em Psicologia são fundamentais para a compreensão dos processos educacionais e escolares” (Dazzani, 2010, p. 363). Assim, demonstra ser objeto de pesquisa marcado historicamente por uma interseção latente entre as ciências educacionais, da saúde e sociais.

Interessante que, logo em seguida, de acordo com as frequências apresentadas, aparece a palavra “crítica” (três registros) que, por sua vez, também tem uma justificativa quanto ao seu aparecimento, estando fortemente atrelada às concepções epistemológicas adotadas acerca desses fenômenos nas pesquisas, na contemporaneidade. Todavia, a palavra pode assumir dois sentidos que, por mais que se relacionem, precisam ser diferenciados. O primeiro, a “crítica” referente à postura de contestação e reelaboração frente às justificativas e intervenções historicamente prestadas na/à Escola pelos agentes educacionais e da saúde com vistas ao Fracasso e à Queixa Escolar. É um segundo sentido, que é atrelado a uma corrente teórica, particularmente adotada ao longo de todo esse trabalho, conhecida como Psicologia Escolar Crítica (Freller, 2001; Machado, 1994; Patto, 1996; Souza, 2009). A crítica, por sua vez, gira em torno sobretudo dos critérios diagnósticos e ao processo de medicalização da educação ligadas aos possíveis “distúrbios” de aprendizagem (Asbahr *et al.*, 2011; Freire & Viégas, 2018), à crítica acerca da avaliação psicométrica, baseada na concepção inatista, biológica e hereditária, tendo como foco de avaliação a inteligência da criança (Oliveira, 2015). Vale registrar que a pedagogia também tem uma área que carrega a denominação “crítica”; a pedagogia histórico-crítica, tendo como seu maior expoente nacional Demerval Saviani.

Em suma, corroborando o fato de a palavra “crítica” ter estreita relação com a palavra “psicologia”, entende-se, a partir da análise de discurso de ambas as palavras quanto a seu aparecimento ao longo dos trabalhos, que a Psicologia, numa vertente crítica, pode oferecer valiosa contribuição, trazendo à Educação novas compreensões acerca da queixa/fracasso escolar (Bray & Leonardo, 2011). Essa concepção crítica da Psicologia Escolar nos incita, portanto, a repensar a prática do psicólogo, sobretudo no ambiente escolar. Repensar, reelaborar, refazer e analisar são palavras que guardam consigo o que chamaremos de essência do conceito sobre a crítica. De Karl Marx a Jürgen Habermas (sociólogos que notoriamente produziram acerca deste conceito), temos o cerne da definição de crítica como sendo um conhecimento que foi conceituado como aquele que permite aos seres humanos se emanciparem de formas de dominação através da autorreflexão. Muito embora não se pretenda aqui explorar com mais perícia o conceito de “crítica” em sua formação ontológica e epistemológica, mas, sim, pontuar possíveis sentidos atribuídos a ele no decorrer dos trabalhos, é possível destacar aspectos fundamentais à construção deste conceito, segundo Zank *et al.* (2015):

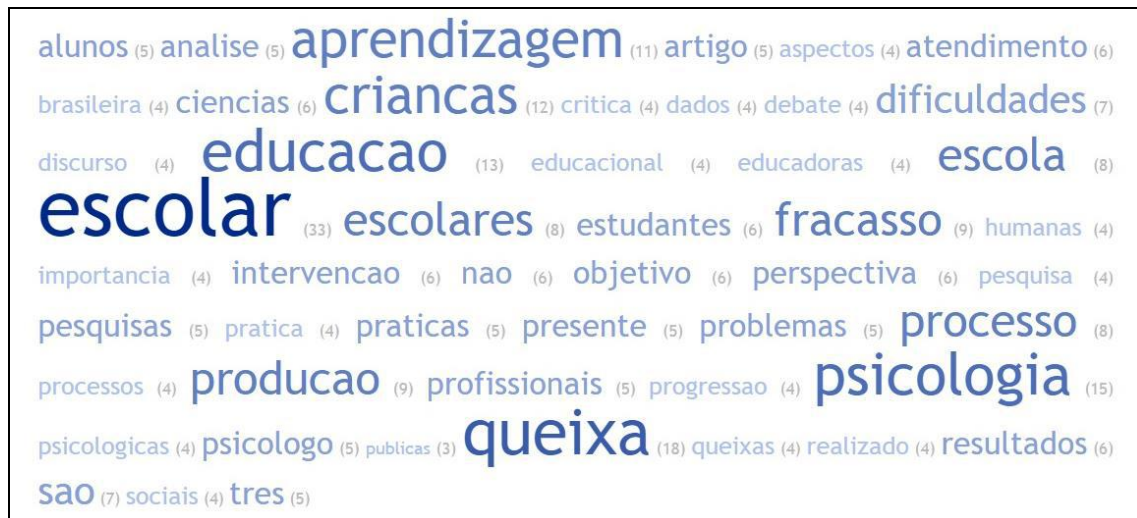
[...] (a) o sentido político, (b) a função de julgamento, e (c) o questionamento, a reflexão e a análise da realidade. Tais aspectos podem indicar que ‘crítica’ seja na forma substantiva, adjetiva, adverbial ou verbal, nunca é neutra, ou seja, sempre carrega consigo os interesses daqueles que a utilizam em seus textos e discursos, falados ou escritos (Zank *et al.*, 2015, p. 873).

As palavras “dificuldades” e “alunos”, ambas com dois registros cada, demonstram a forte associação feita ao longo dos trabalhos (seja por meio da crítica ou do fortalecimento dessa ideologia) do fracasso escolar interligado diretamente a questões que repousam supostamente sobre o alunado. Ou seja, a culpabilização/responsabilização do F.E., partindo-se sobretudo das Q.E., feita a partir de uma concepção individualizante que reflete pouco sobre a história da escola e dos sistemas de ensino atreladas a seu papel e responsabilidades nesses fenômenos que, por mais contemporâneos que sejam, sempre estiveram presentes nas escolas.

Com relação à *tag cloud* referente aos resumos dos trabalhos amostrados, é possível analisarmos como certas palavras atribuídas nos títulos ganham um sentido mais explícito; todavia, elas seguem um padrão muito parecido das palavras

mapeadas nos títulos. Outras surgem com maior eloquência e tornam a análise bastante interessante.

Figura 2 – Palavras e suas frequências a partir dos resumos dos trabalhos.



Fonte: Elaborada pelos autores a partir do *site* TagCrowd (2022).

As palavras com maior frequência (> 5) foram “escolar” (33), “queixa” (18), “psicologia” (15), “educação” (13), “crianças” (12), “aprendizagem” (11), “fracasso” (9), “produção” (9), “processo” (8), “escolares” (8), “escola” (8), “dificuldades” (7), “intervenção” (6), “perspectiva” (6), “objetivo” (6), “resultados” (6), “estudantes” (6), “ciências” (6) e “atendimento” (6). É notável que parte das palavras se repete, mas o aparecimento com mais veemência de algumas palavras inéditas será o foco dessa parte da análise.

A palavra “crianças” aparece pela primeira vez, demarcando o público-alvo da maioria das pesquisas referentes a essa temática. Outra novidade fica a cargo da palavra “produção”, quase sempre associada a outras duas: “fracasso” e “queixa” (escolar). No decorrer de alguns dos trabalhos (Asbahr *et al.*, 2011; Bray & Leonardo, 2011; Dazzani, 2010; Dazzani *et al.*, 2014; Ratusniak *et al.*, 2017; Oliveira, 2015) é possível observar a ocorrência da associação entre produção, dificuldades de aprendizagem e patologias. Tudo indica que a atribuição de sentido para essa associação diz respeito à ideia de que o Fracasso Escolar e a Queixa Escolar são geralmente atribuídos a dificuldades de aprendizagem e possíveis psicopatologias. Esta concepção ideológica do F.E. é um retrato que coloca a Psicologia e a Medicina no centro do debate como promotoras de tais exclusões e ideologias, visto que

As teorias do desenvolvimento e da aprendizagem, as concepções de infância e de normalidade, no mais das vezes, levam a interpretações que criam expectativas de que os alunos se adaptem aos critérios e modelos da escola (ou da normalidade) que, por sua vez, também está profundamente marcada por demandas sociais e econômicas específicas (como sucesso na profissão, lógica do mercado, valores morais, certas imagens de felicidade, consumo etc) (Dazzani, 2010, p. 367).

Assim sendo, foi a Psicologia uma das ciências que produziu e consolidou a ideia de estudantes mais ou menos capacitados, com base em critérios de exclusão de grupos específicos, que de alguma maneira obedecem à lógica da sociedade capitalista de classes, visto que a exclusão se dá, em sua maioria, para as classes historicamente desfavorecidas. Bock (2003) também discute a cumplicidade ideológica da Psicologia com a Educação, que se coloca nesses espaços a serviço de demandas do sistema político, que por sua vez pressupõe e promove as diferenças, sejam elas de raça, de classes, de graus de inteligência ou de gênero, entre outras. Bray e Leonardo (2011) associam o fracasso à ideia anterior e ainda nos fazem problematizar a

dimensão desse fracasso, visto que o colocam não como um fracasso estritamente escolar e, sim, como social. É possível observamos uma ideia de “produção do fracasso” interligada a certas formas de organização institucional e de produção do poder que fabricam engrenagens causadoras do isolamento, do alheamento e da estigmatização de determinados cidadãos e grupos (Kassar *et al.*, 2007), que na realidade, segundo essas pesquisadoras, funcionam muito mais como uma forma de produção de um motivo para o encaminhamento de alunos para o atendimento (Guzzo, 2001; Machado, 1997; Meira, 2000 como citado em Dazzani, 2010); a ideia desta produção ligada diretamente à figura do psicólogo escolar também se apresenta como relevante nos estudos de Asbahr *et al.* (2011).

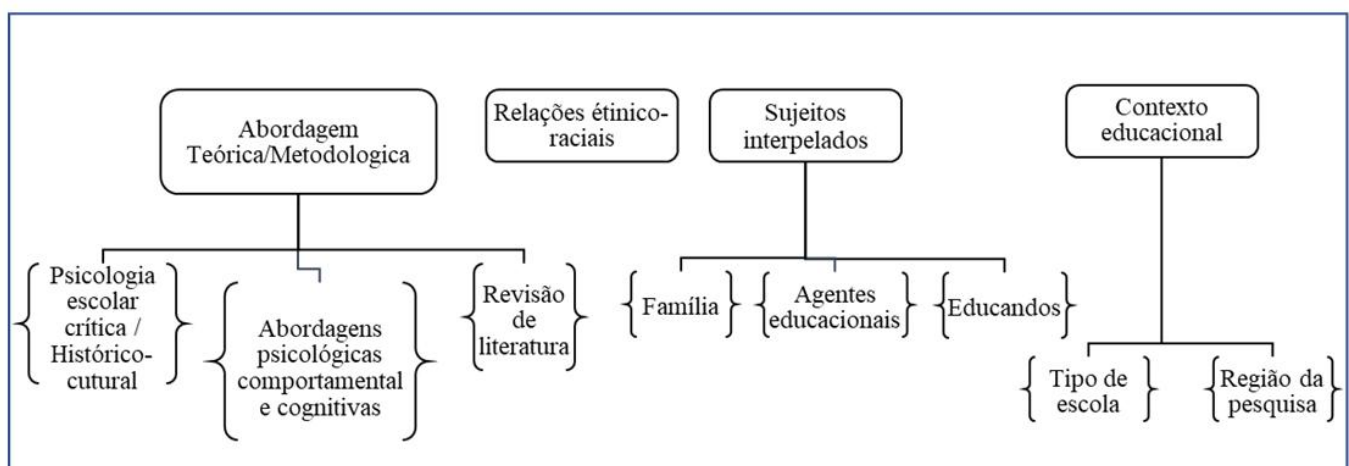
As palavras “dificuldades”, “intervenção”, “perspectiva”, “objetivo” e “problema” nos comunicam um sentido atribuído às ações e perspectivas de intervenção frente ao “problema”, no caso, ao “aluno-problema”. Vale frisar que esse “problema” é, na maioria dos casos, visualizado aqui nos trabalhos, posto na ordem da aprendizagem ou do comportamento inadequado, adotando um viés extremamente individualizante para o problema do fracasso escolar. Essa discussão é feita incessantemente pelo trabalho de Asbahr *et al.* (2011), que colocam que

Estas avaliações (podendo nesse caso assumir o sentido de ‘intervenção’) transformam desigualdades sociais em diferenças individuais, com o entendimento de que a culpa de não aprender é dos alunos, que não têm capacidade para isso, de que são eles o grande problema da escola, o que os reduz a objetos, independentemente de suas condições sociais e políticas (Asbahr *et al.*, 2011, p. 166).

A naturalização dessas questões como sendo inatas ou de ordem estritamente biológica é marcada com extrema veemência por boa parte das pesquisas, excluindo na maioria das vezes a reflexão acerca das responsabilidades estruturais e da escola nessa problemática e debate (Freire & Viegas, 2018). A crítica referente à medicalização da educação também está presente (Freire & Viegas, 2018), tendo adquirido cada vez mais relevância nos estudos educacionais contemporâneos, com foco sobretudo em problematizar os seus efeitos danosos frente à inclusão escolar (Silva & Rahme, 2022).

A partir da literatura pesquisada e com a intenção de criar categorias de análise que ilustrassem a realidade referente à revisão bibliográfica da pesquisa recente sobre o F.E., foram criadas quatro categorias empíricas e respectivas subcategorias, como mostra a Figura 3.

Figura 3 – Esquema sobre as categorias e subcategorias de análise.



Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Também buscou-se categorizar quais foram os sujeitos interpelados e pesquisados que tiveram participações nas

pesquisas (família, agentes educacionais, educandos etc.).

3.1 Categoria 1 – Abordagem teórico-metodológica dos trabalhos

A primeira categoria elencada diz respeito às bases epistemológicas e metodológicas que norteiam os trabalhos. Tal categoria possui uma relevância bastante significativa, visto que é intento deste artigo discutir as bases ideológicas dos discursos dos agentes educacionais. Esses discursos são influenciados, em alguma medida, pelas concepções ideológicas oriundas da produção intelectual e acadêmica com vistas aos objetos de pesquisa aqui apresentados. Dito isto, não poderíamos deixar de mapear quais foram as teorias que embasaram a discussão e contextualização do fracasso e da queixa escolar nos trabalhos amostrados. O critério adotado foi o de similaridades, relacionadas ao conteúdo apresentado (autores e estudiosos utilizados, sobretudo).

As três subcategorias, portanto, são as seguintes: (i) o grupo dos estudos elencados como pertencentes à Psicologia escolar crítica/histórico-cultural; (ii) Abordagens psicológicas comportamental e cognitivas; e (iii) Revisão de literatura.

A primeira subcategoria, Psicologia escolar crítica/histórico-cultural, tem relação com uma perspectiva relacionada à contestação e rompimento epistemológico com teorias atreladas a uma concepção adaptativa de Psicologia com relação a seu propósito (principalmente atrelada à intervenção de cunho individualizante) e com um movimento que tem como objetivo inaugurar uma nova corrente epistemológica com relação a referenciais teórico-metodológicos no campo da Psicologia inserida no contexto educacional.

De forma unânime, é perceptível a associação dessa corrente epistemológica às teorias sócio-históricas da psicologia (também chamadas de histórico-culturais), com métodos de pesquisa tipicamente utilizados nas pesquisas de cunho qualitativo, como entrevistas, observação de campo e grupos focais. Observa-se a presença de referenciais teóricos bastante pertinentes para a referida categoria, como as autoras Marilene Proença Souza, Beatriz de Paula Souza e Maria Helena de Souza Patto, por estarem presentes na totalidade dos trabalhos que se enquadram nessa abordagem (Asbahr *et al.*, 2011; Bray & Leonardo, 2011; Dazzani, 2010; Franco, 2009; Freire & Viégas, 2018; Oliveira *et al.*, 2014; Oliveira, 2015; Ratusniak *et al.*, 2017; Viégas *et al.*, 2015). Essa subcategoria, apresenta-se como a de maior relevância e preponderância para o cenário da discussão acadêmica acerca do F.E. e da Q.E., visto que a maior parte dos trabalhos (75%) mapeados na presente revisão pertence a essa concepção epistêmico-metodológica. Compreendendo que, de fato, essa subcategoria é aquela que mais assume uma postura de crítica acadêmica aos seus próprios saberes produzidos historicamente, visualiza-se que a psicologia escolar crítica/histórico-cultural é uma corrente teórica amplamente consolidada no Brasil frente às temáticas aqui tratadas.

A segunda subcategoria, Abordagens psicológicas comportamental e cognitivas, versa a respeito de características mensuráveis, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, com relação ao fracasso escolar de estudantes. Dazzani *et al.* (2014, p. 426), em sua revisão de literatura, caracterizam as pesquisas desta subcategoria como aquelas que tipicamente utilizam-se de estudos experimentais,

[...] com a aplicação de testes psicológicos, questionários objetivos e outros instrumentos psicométricos, visando avaliar, quantificar e comparar o desempenho dos participantes em comportamentos e características psicológicas concernentes à queixa escolar, com vista a analisar e identificar as variáveis com as quais se encontram relacionadas (Dazzani *et al.*, 2014, p. 426).

Nas pesquisas mapeadas nessa subcategoria (Godoy *et al.*, 2013; Soares *et al.*, 2015), tais similaridades anteriormente mencionadas apresentam-se. A presença de teóricos pertencentes à área do conhecimento denominada de “psicologia do desenvolvimento humano” é uma característica bem marcante dos trabalhos pertencentes a esse subgrupo. Também se observa nesses trabalhos a prevalência de termos técnica e historicamente associados às áreas das ciências do comportamento humano,

como (dificuldade de) aprendizagem, autopercepção, autoavaliação, memória, afeto, estimulação de habilidades, coordenação motora, desenvolvimento neurológico. Aspectos esses associados, quase sempre, aos estudantes, relacionando o fracasso escolar muito mais ao indivíduo do que à estrutura. A ideia de algo relacionado ao corpo, à cognição, ao biológico, ao inato, quase sempre se relaciona estritamente com o estudante ou com sua família como deficitários ou faltantes.

Por fim, a terceira subcategoria, intitulada Revisão de literatura contou com o trabalho de Dazzani *et al.* (2014). As subcategorias utilizadas nessa categoria tomaram como referência aquelas que foram criadas neste trabalho (Dazzani *et al.*, 2014), visto a relevância entre pares do referido trabalho. Por “relevância entre pares” nos referimos à circulação e absorção do trabalho enquanto referência para outras pesquisas, bastante notável, o que lhe confere bastante respaldo frente ao *corpus* de trabalhos aqui pesquisados.

Maria Helena de Souza Patto (1996), com sua obra *A produção do fracasso escolar, história de submissão e rebeldia*, foi a autora mais citada ao longo de todos os trabalhos da presente revisão de literatura.

3.2 Categoria 2 – Relações epistemológicas e explicativas acerca do fenômeno estudado a partir de questões étnico-raciais

Esta categoria apresenta-se como uma das que têm maior relevância nesta pesquisa. Isso porque fala acerca de dois movimentos: o primeiro, de como a Academia e a ciência brasileiras dão relevância às variáveis étnico-raciais em suas pesquisas e trabalhos; e o segundo, de como os dados que traremos a seguir são um resultado alarmante para a ciência brasileira, mais especificamente falando acerca dos objetos de pesquisa em questão, frutos de um processo histórico e cultural de apagamento dessas discussões por não as considerar relevantes e/ou por não as considerar existentes.

É um fato histórico que o racismo se engendra e impacta historicamente o cenário do sistema educacional brasileiro, por processos que são oriundos desde a escravização de povos africanos até as teorias eugênicas do século XX que serviram como base para um racismo de diversos níveis, que impactaram e ainda impactam o desempenho escolar de crianças negras e pobres. Esse cenário não poupa essas crianças e adolescentes de serem responsabilizadas no seu percurso escolar por mazelas que são históricas e estruturais, que muitas vezes estruturam discursos que focalizam o fardo do fracasso escolar apenas nos ombros do alunado ou de suas famílias. Dito isto, ressaltamos o quão ausentes essas questões estão exploradas nessa cobertura dos últimos 10 anos dos periódicos da Capes relacionados ao nosso objeto de pesquisa, salvo a grata presença do trabalho de Viégas *et al.* (2015) que menciona o determinismo biológico tendo como raiz o racismo científico.

O racismo e os processos de racialização oriundos dele com vistas especificamente à Escola e à Educação não são explorados com afinco por nenhuma categoria de trabalho aqui exposta, revelando um apagamento dessa discussão pela maior parte das pesquisas com maior visibilidade acadêmica e dos pesquisadores mais referenciados no Brasil. Considerar essa discussão, partindo sobretudo da Escola como aparelho de Estado que mantém essas estruturas, é fundamental para pautarmos discussões que realmente façam jus a um viés crítico e que viabilizem a diminuição, numa utopia que nos move cotidianamente e nos fortalece em nossas defesas, a erradicação das desigualdades de toda ordem do sistema educacional brasileiro e da sociedade como um todo.

3.3 Categoria 3 – Sujeitos interpelados nos trabalhos frente ao fracasso escolar e à queixa escolar e sua relação com os delineamentos metodológicos das pesquisas

Nessa categoria pretendeu-se apurar quais sujeitos foram ouvidos e investigados no que diz respeito ao F.E. nos artigos analisados. A importância de inserirmos essa categoria de análise em nossa pesquisa diz respeito ao fato de que, ao lançarmos luz sobre os sujeitos que foram o foco das investigações, podemos ter uma melhor ideia de onde supostamente o F.E. está localizado pelos pesquisadores, ou quais grupos são mais investigados pelas pesquisas referentes a essas temáticas.

Será também avaliado qual perspectiva de intervenção realizada, ou seja, se a investigação teve como finalidade a mensuração de habilidades com um viés experimental e quantitativo ou se ela seguiu um objetivo mais qualitativo, ligada à atribuição de significados sobre as problemáticas, por exemplo.

Os trabalhos com enfoque nos educadores representaram 25% das produções analisadas (Asbahr *et al.*, 2011; Bray & Leonardo, 2011; Franco, 2009). Todos os trabalhos, por sua vez, integram as abordagens da psicologia escolar crítica, sendo que os trabalhos de Asbahr *et al.* (2011) e Franco (2009) seguem um viés qualitativo, enquanto o trabalho de Bray e Leonardo (2011) assume uma postura quantitativa. O trabalho de Oliveira (2015) tem como foco os agentes educacionais, incluindo, portanto, gestores e outros atores da escola em sua pesquisa, numa guinada qualitativa.

Os trabalhos que focaram nos estudantes tiveram o mesmo percentual do subgrupo anterior, tendo três pesquisas (Godoy *et al.*, 2013; Oliveira *et al.*, 2014; Soares *et al.*, 2015), com um enfoque predominantemente quantitativo de análise (Godoy *et al.*, 2013; Soares *et al.*, 2015). Interessante observar que as pesquisas deste último subgrupo tiveram ambas uma ancoragem teórico-metodológica atrelada às abordagens psicológicas comportamental e cognitivas.

A única pesquisa com enfoque nos familiares foi a de Ratusniak *et al.* (2017), com uma abordagem qualitativa. A pesquisa de Freire & Viégas (2018) foi a única que focalizou nos profissionais de saúde que intervêm nos casos de Q.E.

Observa-se, portanto, um desequilíbrio entre os atores interpelados nas pesquisas analisadas. Fica nítido o predomínio de estudos quantitativos frente aos estudantes, enquanto as pesquisas qualitativas são mais bem distribuídas entre os subgrupos pesquisados nesta categoria.

3.4 Categoria 4 – Contexto educacional pesquisado

A presente categoria tem como objetivo olhar mais detidamente para o contexto de produção e de pesquisa dos trabalhos mapeados. Isso envolve distinguir duas subcategorias: (i) Região da pesquisa; e (ii) Tipo de escola/instituição pesquisada.

No que tange à primeira subcategoria, é notável que a maior parte das produções acadêmicas amostradas se localizam no eixo Sul/Sudeste. Isso é perceptível nas pesquisas de Asbahr *et al.* (2011), Bray & Leonardo (2011), Franco (2009), Godoy *et al.* (2013), Oliveira *et al.* (2014), Ratusniak *et al.* (2017) e Soares *et al.* (2015). Apenas um trabalho se passou na região Norte, o de Oliveira (2015); a região Centro-Oeste não apareceu em nenhuma das pesquisas mapeadas. A região Nordeste aparece em quatro trabalhos, todavia apenas um (Freire & Viégas, 2018) operou uma pesquisa de campo, num serviço de saúde. Os outros três trabalhos (Dazzani, 2010; Dazzani *et al.*, 2014; Viégas *et al.*, 2015) trataram-se de pesquisas bibliográficas e revisões de literatura.

Acerca da segunda subcategoria, é possível notar a prevalência dos estudos acerca do F.E. e da Q.E. tendo como lócus escolas públicas (Franco, 2009; Oliveira *et al.*, 2014; Oliveira, 2015; Ratusniak *et al.*, 2017; Soares *et al.*, 2015). As pesquisas de Asbahr *et al.* (2011) e Bray & Leonardo (2011) mesclam o contexto de escolas públicas e privadas em suas pesquisas. A única pesquisa que destoou do contexto relacionado diretamente às escolas foi a pesquisa de Freire e Viégas (2018), que utilizou como campo de pesquisa um serviço de saúde mental público. As pesquisas enquadradas enquanto revisão de literatura e revisão bibliográfica não puderam ser inseridas nesta subcategoria, pois o método de pesquisa não requer um trabalho de campo presencial nas instituições.

4. Conclusão

A partir desse exercício de leitura e reflexão, é de extrema importância considerarmos que a presente revisão não retrata apenas o que vem sendo produzido nas pesquisas brasileiras quanto aos objetos de pesquisa em questão, mas, sobretudo, trata-se do recorte utilizado pela Capes enquanto trabalhos disponibilizados para acesso livre em suas plataformas.

Considerando o prestígio da referida instituição, seu portal torna-se um importante retrato de quais as tendências das pesquisas brasileiras com maior credibilidade científica no que tange aos objetos de pesquisa do presente trabalho, na formação de referencial teórico e de opinião/ideologia de boa parte dos pesquisadores, profissionais e cidadãos brasileiros.

O que consistiu de mais preponderante nesse exercício diz respeito a ter visualizado o apagamento das variáveis étnico-raciais nas investigações acerca do F.E. e das Q.E., sendo fruto não apenas de toda a sociedade, mas também da produção intelectual do nosso país. O enfoque ainda nessas problemáticas como de cunho individual, mesmo diante de uma produção intelectual consideravelmente robusta sobre o tema ao longo das últimas décadas, também se apresenta como um dado importante para discussão ao longo do presente trabalho. As poucas pesquisas que consideram uma perspectiva dos agentes educacionais também trazem uma relevância ainda maior para o escopo de pesquisa aqui adotado.

Algumas inquietações, produtos do exercício da reflexão crítica acerca do fenômeno do F.E. a partir das pesquisas apresentadas neste artigo, nos colocam diante de algumas perguntas que precisam ser melhores respondidas e investigadas por outros pesquisadores, em outros trabalhos e pesquisas, para superarmos a grande repetição visualizada ao longo de boa parte dos trabalhos acerca desta temática. Algumas delas são: A Escola nada tem a repensar sobre suas estruturas, que não se restringem às físicas, sobretudo às pedagógicas e ideológicas? Será que o problema do Fracasso Escolar realmente localiza-se no alunado ou nas suas famílias, majoritariamente? Ou precisamos dar conta de uma discussão e narrativa que problematizem criticamente o projeto de educação escolar realizado a partir dos sistemas de ensino, com suas contradições curriculares, silenciamentos e falta de recursos ao longo dos períodos históricos e políticos? Como a escola tem lidado e quais estratégias tem utilizado para a desigualdade sócio-racial inerente ao fracasso escolar, que faz jovens negros serem mais impactados neste fenômeno? Como discutir fracasso escolar se abstendo de racializar toda essa discussão, pensando em como a escola acaba por re(produzir) o racismo inerente à nossa sociedade dentro de seus muros?

Tais questionamentos e problematizações apresentam-se, portanto, como norteadores para novas pesquisas e investigações que tratem da racialização do fracasso escolar na educação básica brasileira.

Referências

- Angelucci, C. B., Kalmus, J., Paparelli, R. & Patto, M. H. S. (2004). O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. *Educação e Pesquisa*, 30(1), p. 51-72.
- Asbahr, F. S. F., Martins, E. & Mazzolini, B. P. M. (2011). Psicologia, formação de psicólogos e a escola: desafios contemporâneos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, PR, v. 16, n. 1, p. 165-171.
- Barbosa, R. M. & Marinho-Araújo, C. M. (2010). Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. *Estudos de Psicologia*, Campinas, SP, v. 27, n. 3, p. 393-402.
- Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: *Edições 70*, 229p.
- Bock, A. M. B. (2003). Psicologia da Educação: cumplicidade ideológica. In: Meira, M. E. M., Antunes, M. A. M. (org.). *Psicologia Escolar: teorias críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 70-104.
- Bourdieu, P. (1983). O racismo da inteligência. In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: *Marco Zero*. p. 205-208.
- Bray, C.T. & Leonardo, N.S.T. (2011). As queixas escolares na compreensão de educadoras de escolas públicas e privadas. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 15, n. 2, p. 251-261.
- Cavalleiro, E. S. (2003). Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 3. Ed. – São Paulo: *Contexto*.
- Collares, C. L. & Moysés, M. A. A. (1994). A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (A patologização da Educação). In: Alves, M. L. (coord). *Cultura e saúde na escola*. São Paulo: *FDE*, p. 25-31. (Série Ideias, v. 23).
- Collares, C. L. & Moysés, M. A. A. (1996). Preconceitos no cotidiano escolar - ensino e medicalização. São Paulo: *Cortez Editora*.
- Dazzani, M.V.M. (2010). A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. *Psicologia, Ciência, Profissão*, vol. 30, n.2, p. 362-375.
- Dazzani, M. V. M. *et al.* (2014). Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 18, n. 3, p. 421-428.

- Freire, K. E. S. & Viégas, L. S. (2018). A queixa escolar em um CAPSi de Salvador-Bahia: uma análise a partir da psicologia escolar crítica. *Revista Educação em Questão*, v. 56, n. 48, p. 202-226.
- Freller, C. C. (2001). Histórias de indisciplina escolar: um trabalho de um psicólogo numa perspectiva Winnicottiana. São Paulo: *Casa do Psicólogo*.
- Godoy, J.A., Abrahao, R.C. & Halpern, R. (2013). Autopercepção de dificuldades escolares em alunos do ensino fundamental e médio em município do Rio Grande do Sul. *Aletheia*, Canoas, n. 41, p. 121-133.
- Gouveia, A. J. (1971). A pesquisa educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 55, n. 122.
- Guzzo, R. S. L. (2001). Saúde psicológica, sucesso escolar e eficácia da escola: desafios do novo milênio para a psicologia escolar. In: Del Prette, Z. A. P. (org.). *Psicologia escolar e educacional, saúde e qualidade de vida: explorando fronteiras*. Campinas, SP: *Alínea*, 2001. p. 25-42.
- Kassar, M. de C. M., Arruda, E. E. de. & Benatti, M. M. S. (2007). Políticas de inclusão: o verso e o reverso de discursos e práticas. In: Jesus, D. M. de. Et al (ed.). *Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. Porto Alegre: *Mediação*, p. 21-31.
- Leite, J. P. (1975). Cor de aluno e reação do professor na escola primária de Salvador. 1975. *Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia (UFBA)*, Salvador.
- Machado, A. M. (1994). A queixa escolar e seus encaminhamentos. *Jornal do Conselho Regional de Psicologia da 6ª região*, v. 14, n. 87, p. 34-37.
- Machado, A. M. (1997). A queixa escolar no alvo dos diagnósticos. *Ideias*, n. 28, p. 141-158.
- Negrão, E. V. & Pinto, R. P. (1990). Olho no preconceito: um guia para professores sobre racismo em livros para crianças. São Paulo: *FCC/DPE*.
- Oliveira, A. D. de. (2015). O negócio está meio devagar com as bichinhas: um caso de queixa escolar em Porto Velho/RO. *Rev. EDUCA*, Porto Velho, v. 2, n. 3, p. 57-77.
- Oliveira, J.L.A.P., Bragagnolo, R.I. & Souza, S.V. (2014). Proposições metodológicas na intervenção com estudantes com queixa escolar. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 18, n. 3, p. 477-484.
- Patto, M. H. S. (1984). A criança marginalizada para os piagetianos brasileiros: deficiente ou não? *Cadernos de Pesquisa*, n. 51, p. 3-11.
- Patto, M. H. S. (1987). *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo: *T. A. Queiroz*.
- Patto, M.H.S. (1996). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia* (3a ed.). São Paulo: *T.A. Queiroz*.
- Patto, M.H.S. (2000). *Mutações do Cativo: escritos de psicologia e política*. São Paulo: *Hacker Editores/Edusp*.
- Ratusniak, C. et al. (2017). Problematizado a queixa escolar: efeitos dos discursos psi nos familiares dos alunos em situação de insucesso escolar. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 19, n. 40, p. 286 – 301.
- Sawaya, B. B. (2002). Novas perspectivas sobre o sucesso e o fracasso escolar. In: Oliveira, M. K. de Sousa. *Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: *Moderna*, p. 197-213.
- Sawaia, B. B. (2015). Psicologia sócio-histórica: interdisciplinaridade e transformação social – uma relação teórica com Vigotski sem fidelidade opressiva. In: Martins, S. T. F. *Psicologia sócio-histórica e contexto brasileiro*. Goiânia: *PUC Goiás*, 2015. p. 11-28.
- Saviani, D. (2007). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas – SP. *Autores Associados*.
- Silva, P. (1988). Escola, espaço de luta contra a discriminação. In: Grupo de trabalho para assuntos afro-brasileiros; *Secretaria da educação (org.)*. *Salve 13 de Maio?* São Paulo.
- Silva, F. H. & Rahme, M. M. F. (2022). A questão da medicalização como um atravessamento à inclusão escolar. *Debates em Educação*, [S. l.], v. 14, n. 34, p. 66-85.
- Soares, D.B. et al. (2015). Influência da atividade física no desempenho motor de crianças com queixas de dificuldades de aprendizagem. *Rev. CEFAC*, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 1132-1142.
- Souza, M. P. R. (1997). A queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo. In: Machado, A. M.; Souza, M. P. R. (org.). *Psicologia escolar: em busca de novos rumos*. São Paulo: *Casa do Psicólogo*, p. 17-33.
- Souza, M. P. R. (2009). Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE)*, v. 13, n. 1, p. 179-182, jan./jun. .
- Trindade, A. L. da. (1994). *O racismo no cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: *FGV/IESAE*. Dissertação de Mestrado.
- Viegas, L.S., Harayama, R.M. & Souza, M.P.R. (2015). Apontamentos críticos sobre estigma e medicalização à luz da psicologia e da antropologia. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 9, p. 2683-2692.
- Zank, C., Ribeiro, J. A. R. & Behar, P. A. (2015). O significado de crítica e sua relação com a concepção de educação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 15, n. 3, p. 851-877.